

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO N.º 081/2022 – DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA**  
**LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA E DA CERTIFICAÇÃO DE**  
**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**  
**DAS PALMEIRAS ATRAVÉS DA LEI 13.465/2017 E DECRETO 9.310/2018**  
**DO OBJETO DA MATRÍCULA 13.368**

Decreto n o 81, 30 de agosto de 2022.

“DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA  
LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA E DA  
CERTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA – CRF DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ  
DAS PALMEIRAS – PR, ATRAVÉS DA LEI  
13.465/2017 E DECRETO 9.310/2018; E DAS  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NELTON BRUM, Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Paraná, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pela Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º - Deferimento da Legitimação Fundiária e da Certificação de Regularização Fundiária, do Município de São José das Palmeiras, através da Lei 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, do núcleo Toni II, objeto da matrícula 13.368, de propriedade de Luiz Carlos Toni e Maria Cleunice Toni e matrícula nº 19.410, de propriedade de Luiz Carlos Toni e Maria Cleunice Toni, Edmundo das Chagas Paulo e Amélia de Oliveira Melo Paulo, Alduino Sutil e Cleuza Pereira dos Santos Sutil, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Helena/PR.

Art. 2º - Individualização de matrículas para as ruas e servidões, conforme Artigo 53 da Lei federal 13.465/2017, parágrafo único, para promover manutenções e ordenamento.

Art. 3º \_ Consideração a autonomia municipal como ente federado, respaldada na Lei nº 13.465/2017, que confere institucionalidade dos projetos de regularização fundiária, este município classifica o referido núcleo de interesse social (Reurb-S) e interesse específico (Reurb-E). O núcleo se encontra apto para fins de regularização fundiária e consequentemente para emissão das matrículas individualizadas para cada morador, nas modalidades já mencionadas, sendo este loteamento predominantemente de baixa e média renda.

Art. 4º \_ Deferimento a cobrança do IPTU, em nome do ocupante, independentemente da emissão das matrículas individualizadas.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

São José das Palmeiras/PR, 30 de agosto de 2022.

**NELTON BRUM**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Fernanda Souza Pereira  
**Código Identificador:**D21668FC

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná  
no dia 31/08/2022. Edição 2595  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>